

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**BRIGADA MILITAR**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO NO CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA MILITAR -  
CSPM DA BRIGADA MILITAR  
PROA 17/1203-0024878-8

**EDITAL DA/DRESA nº CSPM 180 - 2018**

(Capitão QOEM - Polícia Ostensiva - Carreira de Nível Superior)

O Diretor Administrativo Interino e o Chefe da Divisão de Recrutamento, Seleção e Acompanhamento da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Fundação La Salle, **DIVULGAM os conteúdos programáticos e as bibliografias** para a realização da **5ª Fase – Prova Oral**, conforme Anexo I do Edital DA/DReSA nº CSPM 01 – 2018 do Concurso Público de provas e títulos para ingresso no CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA MILITAR, que dá acesso ao Quadro de Oficiais de Estado Maior da Brigada Militar – QOEM, conforme segue.

**1. Conteúdos Programáticos e Bibliografias:**

**1.1 DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Conteúdos Programáticos:** Direito Constitucional. Teoria da Constituição: conceito e concepções. Classificação das Constituições. Aplicabilidade das normas constitucionais. Direito constitucional intertemporal. Interpretação constitucional. Poder Constituinte. Conceito. Espécies. Reforma constitucional. Emenda e revisão. Limites formais, circunstanciais e materiais. Controle de constitucionalidade. Sistema brasileiro de Controle de Constitucionalidade. Controle da constitucionalidade por ação. Via de ação direta de constitucionalidade. Lei nº 9.868/99. Via de exceção ou defesa. Recurso extraordinário e repercussão geral. Controle da constitucionalidade por omissão. Ação Direta de Constitucionalidade por omissão. Mandado de Injunção. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Lei nº 9.882/99. Súmula vinculante. Lei nº 11.417/06. Reclamação. Princípios fundamentais. Teoria dos Direitos Fundamentais. Cláusula de abertura constitucional e a incorporação de Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. Regime constitucional dos direitos fundamentais. Colisão de direitos fundamentais e Princípio da Dignidade humana. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Ações Constitucionais. Habeas Corpus. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Lei n.º 13.300/2016. Habeas data. Ação Popular. Lei n.º 4.717/65. Ação Civil Pública. Direitos de Nacionalidade. Direitos políticos. Instrumentos de exercício da participação popular. Lei nº 9.709/98. Inelegibilidades. Lei Complementar nº 64/90 e Lei Complementar nº 135/10. Partidos políticos. Lei nº 9.096/95. Código Eleitoral. Lei nº 4.737/65. Lei das Eleições. Lei nº 9.504/97. Federação brasileira. União, Estados membros, Distrito Federal e Municípios. Sistema federativo brasileiro. Repartição de competências. União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Intervenção federal e estadual. Administração Pública. Princípios constitucionais. Servidores públicos. Poder Legislativo. Estrutura e competências. Direitos políticos e partidos políticos. Sufrágio: natureza e forma. Orçamento: princípios e regras constitucionais. Fiscalização financeira e orçamentária. Comissões Parlamentares de Inquérito. Responsabilidade dos parlamentares. Imunidade parlamentar. Crimes comuns e de responsabilidade dos parlamentares. Processo legislativo. Espécies Legislativas. Tribunais de Contas. Poder Executivo. Estrutura e competências. Responsabilidade do Presidente da República. Poder Judiciário. Estrutura e competências. Garantias e vedações dos magistrados. Conselho Nacional de Justiça. Funções essenciais à justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Advocacia. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio. Forças armadas. Segurança pública. Ordem econômica. Princípios gerais. Política urbana. Ordem social. Seguridade social. Saúde e Previdência. Educação, Cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Índios.

### **Bibliografia Sugerida:**

BARROSO, Luis Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: Editora Saraiva. Edição atualizada.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva. Edição atualizada.

BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa. São Paulo: Malheiros. Edição atualizada.

CENEVIVA, Walter. Direito Constitucional Brasileiro - Ed. Saraiva. Edição atualizada.

DIMOLIUS, Dimitri e Soraya Lunardi. Curso de Processo Constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

JUNIOR, Dirley da Cunha. Controle de Constitucionalidade. Bahia: Editora Jus Podium. Edição atualizada.

MEIRELLES, Hely Lopes - Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Habeas Data. São Paulo: Malheiros Editores. Edição atualizada.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. São Paulo: Malheiros Editores. Edição atualizada.

MELLO FILHO, José Celso de. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva. Edição atualizada.

MENDES, Gilmar Ferreira e Paulo Gustavo Gonet Branco. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Editora Saraiva. Edição atualizada.

MORAES, Alexandre de Moraes. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas. Edição atualizada.

SARLET, Ingo Wolfgang e Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Editora Saraiva. Edição atualizada.

TRINDADE, João. Processo Legislativo Constitucional. Bahia: Editora Jus Podium. Edição atualizada.

Legislação no âmbito do Direito Constitucional que abordem o conteúdo programático do Edital.

## **1.2 DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Conteúdos Programáticos:** Da norma processual penal: conceito e conteúdo; espécie, fontes. Processo e procedimento: relação processual; sujeitos processuais (juiz, partes, réu ou acusado, ofendido, Ministério Público, assistente). Da polícia judiciária: funções, inquérito policial, autoridades policiais e seus agentes, desenvolvimento do Inquérito policial. Da ação penal: conceituação, classificação penal, condições, decadência, prescrição, preclusão, renúncia, perda e preempção; da ação penal pública; da ação penal privada; da ação penal subsidiária da pública; da extinção da ação penal. Da competência. Da restituição das coisas apreendidas. Das medidas assecuratórias. Do incidente de insanidade mental do acusado. Da citação, notificação e intimação. Da prova:

conceito, finalidade e obrigatoriedade; do exame de corpo de delito e perícias em geral; do interrogatório do acusado e da confissão; do ofendido; da testemunha; do reconhecimento; da acareação; dos documentos; da busca e apreensão. Da prisão: conceituação; ordem escrita e seus requisitos; local de prisão e perseguição; prisão especial; prisão em flagrante delito; prisão preventiva. Da liberdade provisória, com ou sem fiança. Da sentença. Do processo de competência do júri. Do processo sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do “habeas corpus”. Da legislação especial: do abuso de autoridade; Lei de Drogas; Lei da prisão temporária; Lei Juizados Especiais Criminais; Código de Trânsito Brasileiro - cap. XIX.

**Bibliografia Sugerida:**

FERNANDES, Antônio Scarance. As nulidades no Processo Penal. (em colaboração com Ada Pellegrini Grinover e Antônio Magalhães Filho). São Paulo: Malheiros. Edição atualizada. \_\_\_\_\_.  
Processo penal constitucional. São Paulo: RT. Edição atualizada.  
GRECO FILHO, Vicente. Manual do Processo Penal. São Paulo: Saraiva. Edição atualizada.  
JESUS, Damásio E. de. Código de Processo Penal Anotado. SP: Saraiva. Edição atualizada.  
MIRABETE, Júlio Fabrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas. Edição atualizada.  
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo: Saraiva. Edição atualizada.  
Legislações no âmbito do Direito Processual Penal que abordam os conteúdos programáticos do Edital.

**1.3 DIREITO PROCESUAL PENAL MILITAR**

**Conteúdos Programáticos:** Princípios do Direito Processual Militar. Da ação Penal Militar. Foro Militar e Competência. Do Inquérito Policial Militar. Das Testemunhas. Da busca e apreensão. Da Prisão. Da Prisão em flagrante. Do Processo Ordinário. Do Processo Especial (Do Processo de Deserção).

**Bibliografia Sugerida:**

ASSIS, Jorge César de. Código de Processo Penal Militar Anotado. Curitiba. Juruá. Edição atualizada.  
LOBÃO, Célio. Direito Processual Penal Militar. Rio de Janeiro. Forense. Edição atualizada.  
LOUREIRO NETO, José da Silva. Processo Penal Militar. São Paulo. Atlas. Edição atualizada.  
GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Direito Processual Penal Militar. Porto Alegre. Verbo Jurídico. Edição atualizada.  
MIGUEL, Cláudio Amin; COLDIBELLI, Nelson. Elementos de Direito Processual Penal Militar. Rio de Janeiro. Lumen Juris. Edição atualizada.  
Legislações no âmbito do Direito Processual Penal Militar que abordam os conteúdos programáticos do Edital.

**A legislação a ser exigida é aquela atualizada até a data da publicação do Edital: 26/01/2018.**

Porto Alegre, RS, 04 de fevereiro de 2020.

**Márcio de Azevedo Gonçalves – Ten Cel QOEM  
Diretor Administrativo Interino da Brigada Militar**

**Carlos Eduardo Silva Dorneles – Ten Cel QOEM  
Chefe da DRESA**